



O SINDICATO SOMOS NÓS! VEM PRA LUTA!

Entre avanços e desafios, o ano de 2023 foi marcado pela intensa batalha da ASSIBGE contra o neoliberalismo. Da instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente à assinatura de acordos inéditos, os servidores viram reajustes após 6 anos de congelamento salarial.

No entanto, a luta persiste pela equiparação de salários e melhores condições para trabalhadores temporários. Descubra os

bastidores das reuniões com o Ministério do Planejamento e a Direção do IBGE, que resultaram no maior concurso da história do instituto. Mas, enquanto o cenário interno se transforma, a conjuntura nacional revela desafios significativos.

A intentona golpista, as mudanças no Arcabouço Fiscal e a ameaça da reforma administrativa agitam o horizonte de 2024. No entanto, o balanço de 2023 deixa questões instigantes: os avanços conquistados

em mesas de negociação serão suficientes para contrapor as políticas neoliberais? Os trabalhadores, agora, enfrentam o desafio de manter a mobilização e superar obstáculos. Desvende os detalhes e reflexões desse complexo ano na página 2 e 3. Uma leitura indispensável para quem busca compreender os rumos da luta por justiça social e valorização no serviço público.

AVALIAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL | CENSO
2022 - Atrasos e impactos - Páginas 2 e 3



- NESTA EDIÇÃO -

ENTREVISTA | Resistência e Organização:
Serviço Público, Lutas
Sindicais e Desafios Políticos
PÁGINA 4

ARTIGO | Formação ampliada em novos conteúdos, públicos e valores na ENCE
PÁGINA 6

ARTIGO | Sobre conceitos, estigmas e a sua superação: a virada do IBGE em relação às favelas e comunidades urbanas
PÁGINA 7

PALESTINA | 135 dias de genocídio (18/02/2024) na Palestina
PÁGINA 8

ASSIBGE-SN
NAS REDES
SOCIAIS



Visite o nosso site: www.assibge.org.br.
Lá você encontra notícias e informações de interesse da categoria como: nossos jornais, prestação de contas e ações do jurídico.



Acompanhe e curta a ASSIBGE-SN no Instagram [@assibgesn](https://www.instagram.com/assibgesn)

Só haverá vitória efetiva com trabalhadores mobilizados contra o neoliberalismo

O ano de 2023 foi marcado pela retomada do diálogo entre Governo e Servidores Públicos Federais. Desde o início do mandato do Governo Lula, as entidades representativas dos servidores e o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) iniciaram as tratativas para a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) com o objetivo de dialogar sobre demandas relativas a salários, benefícios e condições de trabalho dos servidores. Em julho, os sindicatos dos servidores e o Governo Federal assinaram o acordo para instalação da Mesa da Negociação Permanente.

A negociação com o Governo Federal garantiu, depois de 6 anos de congelamento salarial, um reajuste emergencial de 9% nos salários, para todos dos servidores, e 44% no auxílio-alimentação para servidores da ativa, ambos implementados na folha de maio de 2023, antes mesmo da instalação da mesa de negociação. Durante o governo Temer e Bolsonaro, as entidades sindicais do serviço público federal não possuíam um instrumento de negociação para tratar as demandas dos servidores, o que resultou no congelamento de salários e benefícios e na precarização dos serviços públicos. A pauta salarial dos trabalhadores temporários foi atendida para aqueles remanescentes do Censo Demográfico 2022, entretanto, ficou muito abaixo do pautado pela ASSIBGE no que se refere aos APMs e APTs, que também foram contemplados com o reajuste de 9% em agosto.

Além das demandas negociadas na Mesa de Negociação Permanente, o governo recebeu mais de 90 solicitações dos sindicatos de servidores para tratar da reestruturação das carreiras. A atuação da ASSIBGE-SN, associada ao papel da nova Direção do IBGE, nomeada em agosto de 2023, permitiu a entrada do IBGE em um grupo de apenas 22 entidades que firmaram acordo para negociar a reestruturação da carreira. O primeiro diálogo com o governo, sobre a reestruturação, ocorreu no final de outubro do ano passado onde foi apresentado

o projeto da nova carreira, resultado da greve de 2014 e já acordado com a direção da época.



Diálogo com Ministério do Planejamento e Direção do IBGE

A ASSIBGE apresentou, aos Ministérios do Planejamento e Orçamento (MPO) e da Gestão e Inovação (MGI), por meio de reuniões, as pautas do IBGE e dos servidores do órgão: necessidade de concurso, valorização salarial dos servidores ativos, aposentados e temporários, aumento no orçamento do IBGE, fim da precarização por meio da redução do percentual de trabalhadores temporários e necessidade de democratização do órgão através de instrumentos de participação dos servidores. No bojo dessas discussões, o IBGE garantiu o maior concurso da sua história e um dos mais robustos entre os órgãos que aderiram ao Concurso Nacional Unificado (895 vagas), sendo um dos poucos órgãos que tiveram vagas para cargos de Nível Intermediário (300 vagas). O sindicato segue pautando a necessidade de novos concursos para reduzir o déficit de servidores efetivos.

No âmbito da conjuntura interna do IBGE, o sindicato realizou reuniões com a presidência onde foram tratados principalmente os temas: SECAF, importância das vagas de Nível Intermediário no concurso, mudanças na política de recursos humanos do IBGE, pagamento de indenizações para trabalhadores temporários, reestruturação da carreira e democratização do órgão. Em Julho, realizamos o XV Congresso da Categoria, que contou

com mais de 200 delegados de todo o Brasil reunidos durante 4 dias para debater as pautas dos trabalhadores. Em dezembro, foi realizada a Plenária Nacional Virtual, cujo tema foi campanha salarial 2024.

A necessidade de mobilização para o avanço da pauta dos trabalhadores

Apesar dos resultados decorrentes das negociações entre sindicato e instâncias decisórias, seja no âmbito do Governo ou do IBGE, os avanços foram poucos diante do desmonte do serviço público realizado nos últimos anos. A composição de um governo de frente ampla e o baixo nível de mobilização das forças populares colaboraram para a continuidade de políticas neoliberais intensificadas desde de 2016, após o afastamento da Presidenta Dilma.

A coalizão formada durante as eleições 2022, com o objetivo de apartar a ameaça fascistóide, congrega desde neodesenvolvimentistas até setores neoliberais ortodoxos que se afastaram do bolsonarismo devido à incapacidade do governo anterior de tocar uma agenda de reformas neoliberais. A vitória da frente ampla na disputa pelo executivo federal, combinado à eleição de um parlamento ultraconservador, deu origem a um governo marcado pela permanente disputa, em que as vitórias da classe trabalhadora são acompanhadas por ganhos significativos dos setores hegemônicos da economia.

A disputa entre trabalhadores e capital - no primeiro ano do governo Lula - ficou evidente na criação do Arcabouço Fiscal, sancionado no final de agosto de 2023 sob elogios dos representantes do setor financeiro. O arcabouço fiscal está limitado à lógica do modelo neoliberal e, apesar de permitir alguma flexibilidade ao investimento público, privilegia e assegura o pagamento da dívida

pública em detrimento das demandas sociais e do desenvolvimento nacional. A nova regra fiscal influenciará as normas de contratação de gastos públicos, limitando fortemente a capacidade do Estado em fazer justiça social e ter protagonismo no desenvolvimento. O reflexo imediato da busca pelo superávit primário ficou evidente na proposta do governo para o reajuste dos servidores em 2024: 0%.

O cenário de pouca mobilização dos trabalhadores, deu espaço ao fortalecimento do debate em torno da reforma administrativa, que pretende retirar direitos dos servidores e aumentar a precarização no serviço público. Seja na versão radicalizada, proposta pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira, seja na versão infraconstitucional, defendida pela Ministra da Gestão e Inovação (MGI), Esther Dweck, a reforma administrativa foi uma ameaça constante aos os servidores em 2023 e uma forma de desvio da principal luta da classe trabalhadora, reestruturar o estado e fortalecer a democracia. Outro ponto que aponta para a limitação no enfrentamento da agenda neoliberal foi a não revogação de medidas contra os servidores públicos instituídas no governo Temer e Bolsonaro (revoação).

O que esperar para 2024?

Sair desse labirinto neoliberal demanda enfrentamento político ao modelo e uma

proposta baseada em um paradigma radicalmente alternativo que coloque a classe trabalhadora e o desenvolvimento nacional no centro do debate, o que não parece estar na ordem do dia. O acúmulo de forças da classe trabalhadora, ao longo de 2023, não gerou condições para um enfrentamento que permitisse um novo rumo ao governo, capaz de apontar para o rompimento com o modelo neoliberal. Um governo em disputa sofre influências das pressões que recebe, até o momento, a chantagem das elites econômicas tem sido superior a capacidade de mobilização dos trabalhadores.

O cenário de retomada da democracia, com ênfase no diálogo entre governo e trabalhadores, não foi suficiente para reverter o fluxo de políticas neoliberais e a desestruturação do serviço público. Na avaliação da Direção da Executiva Nacional, ascensão da extrema direita no Brasil - responsável por ações antipopulares como o descontrole na pandemia, o sucateamento dos órgão públicos, o desmonte do último Censo Demográfico e o congelamento de salários - está relacionada a incapacidade de produzirmos, enquanto sujeitos coletivos, caminhos socialmente justos. Conquistas efetivas não virão através de negociação, serão alcançadas através da mobilização. Na luta de classes, o que não avança, recua.

Que em 2024 avancemos!



Concurso pontuará experiência para o nível intermediário

Após inúmeras cobranças por parte do sindicato e manifestação contrária da CRH do IBGE, foi permitida a pontuação de experiência de trabalho no concurso de nível intermediário. A alteração no edital foi publicada hoje, 26 de janeiro, para permitir a pontuação de períodos de 180 dias completos em atividades correlatas ao exercício do cargo.

O Ofício ANS/EN/003/24, após inúmeras cobranças por parte da ASSIBGE, foi parcialmente atendido para, apesar da manifestação contrária da CRH expressa no Ofício DE/CRH nº 006/24, permitir a pontuação de experiência de trabalho no concurso de nível intermediário.

A alteração no edital foi publicada hoje, 26 de janeiro, para permitir a pontuação de períodos de 180 dias completos em atividades correlatas ao exercício do cargo. O cargo do IBGE era até então o único de nível intermediário que não pontuava experiência.

**As vagas para nível superior continuam não pontuando experiência, apesar da cobrança da entidade sindical e do acúmulo de tal discussão em instâncias do próprio IBGE.*



Elenira Vilela, nascida na clandestinidade durante a ditadura militar, é militante desde os 12 anos, iniciando pelo movimento estudantil. Trabalha como professora de Matemática desde 1995. Mãe do Cauê e da Ayla, Elenira é Licenciada em Matemática e Mestre em Educação. É feminista, luta pelas pautas da classe trabalhadora, especialmente acesso à educação de qualidade e emancipatória e direitos trabalhistas, sociais e humanos. Atualmente é professora do IFSC, Coordenadora Geral do SINASEFE e da Direção Nacional e Estadual da Intersindical CCT e dirigente do PT SC.



1) Elenira, qual a importância do fortalecimento do serviço público após o sistemático desmonte realizado nos governos Temer e Bolsonaro?

Serviço Público é salário indireto, é a forma da classe trabalhadora ter garantia de direitos e dignidade mesmo quando não possa pagar ou possa pagar muito pouco. É a única forma de enfrentar a desigualdade e fortalecer e ampliar a democracia. Também é a única forma de um país se desenvolver de maneira soberana e respeitando a cultura do seu povo.

2- O governo Lula conseguiu revogar as medidas de destruição do funcionalismo e da atividades sindicais implementadas após o golpe que afastou a Presidenta Dilma? Quais os impactos dessas medidas para as servidoras e servidores públicos?

Infelizmente, uma boa parte do lixo fascista dos governos golpista e autoritário ainda estão impactando a organização do Estado e, conseqüentemente, a vida, as condições de remuneração e de trabalho das/dos servidoras/es públicas. Seguem em vigor a normativa antissindical que impõe corte de ponto imediato em caso de greve, uma sobreposição de exigências de relatórios, controle de jornada, dificuldades na remoção ou redistribuição, entre outras. O impacto é a piora da vida da servidora e da qualidade do serviço. Há um aumento das privatizações por meio de vendas, terceirizações, concessões, PPPs etc, que além de aumentar o custo do serviço, diminuem o caráter social e soberano das políticas sociais e facilitam o aumento da corrupção.

3) O que impede o governo Lula de revogar essas medidas?

Algumas é a correlação de forças, já que o fascismo segue mobilizado e o congresso tomado por neoliberais/fascistas que mantém todo o governo sob pressão. Outro aspecto é que foi necessário reconstruir órgãos inteiros que os 6 anos sob o golpismo demoliram, criando privilégios para a atuação privada na prestação do serviço como no caso da substituição do SUAS pelas comunidades terapêuticas e por aí vai.

Algumas coisas parecem travar na burocracia, na incompreensão de alguns sobre o papel do Estado e as diferenças entre o sindicalismo do setor público para o da iniciativa privada (nós fazemos mobilização e greve pela existência ou qualidade do serviço, o que é raríssimo no setor privado, por exemplo), além de um nível grande de desorganização. Há também, por parte de alguns gestores a incompreensão da importância de des-travar essa pauta para que nós possamos atuar de maneira mais efetiva, falta compreender que o governo e qualquer política sua só chega até a população da ponta por meio de um(a) servidor(a).

4) Apesar das contradições que marcam o governo de frente ampla, houve avanços no que diz respeito a negociação das pautas dos servidores e no fortalecimento do serviço público em 2023?

Os grandes avanços foram a reestruturação do sistema de negociação e o reajuste emergencial de 9% em 2023. Nas pautas de uma recuperação das perdas remuneratórias que atingem de maneira brutal setores fundamentais do serviço público, como saúde, educação, cultura e previdência e a reestruturação dessas carreiras que representam os maiores contingentes de atendimento à população os avanços são ínfimos. Há setores com altos níveis de insatisfação.

5) Como você avalia o cenário de luta em 2023? Os servidores públicos conseguiram realizar grandes mobilizações para pautar temas centrais para a classe trabalhadora e para o fortalecimento da democracia?

Não, as mobilizações foram muito aquém do necessário. Não conseguimos nem conquistar uma negociação com recuperação remuneratória e reestruturação de carreiras de maneira consistente e efetiva, nem conseguimos estar mobilizados contra o sequestro de Lira e do congresso

so das atribuições do executivo, enfrentar os problemas do Regime Fiscal apelidado pelo governo de Sustentável, que impõe uma política fiscal muito menos draconiana que a PEC da morte, mas ainda cedendo muito terreno para seguir sustentando a bolsa banqueiro, enquanto impede que o país tenha o investimento necessário para a reconstrução e para a transformação necessárias para um país que ainda está com dezenas de milhões passando fome, mais de 100 milhões em insegurança alimentar e desindustrializado. Números que estão sendo reduzidos, mas em ritmo muito mais lento que o necessário. Quem tem fome, tem pressa!

6) O que você poderia passar aos companheiros e companheiras que estão lendo essa matéria sobre dedicação na luta, visto que, na nossa categoria e no que observamos em algumas outras, tivemos pouca presença nos atos e sentimos falta de uma base mais fortalecida?

A força da luta sindical sempre depende da mobilização da maioria das categorias. Não é a direção sindical mais aguerrida ou com o discurso mais radical que conquista, toda conquista vem da força da luta. Se é verdade que nós das direções temos dificuldades, é sempre necessário lembrar que o sindicato não é sua direção, mas é o nível de mobilização e atuação da sua base. Então, toda a insatisfação com governo, com remuneração ou mesmo com possíveis erros das direções precisam ser manifestas de maneira organizada nas assembleias. É preciso compreender a situação, o que se alcança acompanhando as redes sociais das organizações, participando das assembleias, eventos e atos e debatendo com companheiras e companheiros de trabalho e dirigentes. Só a luta faz vencer e não existe luta por procuração.

7) Apesar da derrota do governo Bolsonaro, a extrema direita ainda tem muita força no parlamento. Como esse poder se posiciona sobre as pautas dos trabalhadores e do serviço público, mesmo em um cenário de retomada das garantias democráticas?

São os maiores inimigos no momento. Como o fascismo e o neoliberalismo são duas faces da mesma moeda e o congresso é cheio de ambos os representantes mais eficazes da classe exploradora, ali atuam incansavelmente e com suporte robusto do poder econômico, das milícias e da mídia hereditária os nossos inimigos mais virulentos e perigosos. Para a burguesia

a retomada democrática é somente um período entre ditaduras onde o sangue, o suor e as lágrimas da classe trabalhadora criam bilionários mimados dando lição de moral. Cada passo conquistado na direção da ampliação da democracia sempre precisa de vigilância constante ou pode retroceder a qualquer momento.

8 - E na sociedade, o pensamento de extrema direita ainda está atuante apesar da revelação dos planos golpistas que culminaram no 08 de janeiro?

Fortíssimo. A direita se apropriou do discurso antissistema falso e simplista associado ao discurso religioso e à violência para conquistar a esperança da classe. Nesse momento esse poder está em refluxo e a democracia em avanço, mas esse não é um processo constantemente progressivo e a luta é constante.

9) Recentemente, você foi vítima de uma violência realizada por um grupo da extrema direita. Como isso ocorreu?

Há um modus operandi claro, que foi usado contra a influencer de esquerda Karina Santos, contra o Padre Júlio Lancelloti, contra o José Genoino, contra o governo com a suposta epidemia de violência sexual na Ilha do Marajó ou contra a nota técnica do Ministério da Saúde sobre aborto legal.

Funciona assim: um fragmento de realidade é manipulado para criar uma mentira que gere comoção e forte impacto emocional (no meu caso, manipularam uma análise política que fiz sobre a Presidenta do PL Mulher, Michelle Bolsonaro, para inventar que eu estava ameaçando sua integridade física), depois há uma rede articulada que envolve redes sociais de parlamentares, veículos de mídia comprometidos com as forças fascistas, grupos em redes de mensagens privadas que repercute de maneira alarmista e sensacionalista a mentira fabricada (no meu caso, parlamentares como Damara Alves, Eduardo Bolsonaro e Zé Trovão, mídias como o Portal Metrôpoles a Jovem Pan e mesmo o Portal R7 e pessoas comuns, além de robôs). Entram em ação para difamar e destruir a reputação de alguém, de um lugar, de uma ação governamental ou uma política pública. A partir daí essa base mobilizada passa a infernizar a vida das pessoas ou agentes públicos, com frequência incluindo ameaças de violência à pessoa, violência de gênero, racismo, lgbtfobia, capacitismo, violência à família, ativismo judicial e denunciamento, tentando imobilizar a atuação da pessoa ou a continuidade da política mediante essa perseguição. Até que aquele ataque esfria e novo fato mentiroso é criado de maneira a tentar manter a base fascista sempre mobilizada e sem perceber que seus dirigentes estão envolvidos em crimes, escândalos de corrupção, usando a máquina do Estado e seus cargos para atender seus patrões ou a

si mesmos, frequentemente os superricos, ou beneficiando seus amigos, apoiadores e família contra interesse público e o acesso dos mais pobres aos direitos.

10) Elenira, sobre a violência e perseguição que você sofreu, como você se sentiu e o que tira disso?

Olha, tem a versão positiva que é resumida por um ditado popular que muitos me disseram: ninguém joga pedra em árvores que não dão frutos. Também é fortalecedor perceber que há muitos do meu lado e que as pessoas reconhecem que lutadoras precisam ser amparadas e protegidas.

Mas a verdade é que a tática é parcialmente eficiente, porque minha atuação teve que girar unicamente em me defender dos ataques e ameaças e enfrentá-los em diversas arenas, na polícia e na justiça, nas redes sociais, na política e na organização por um bom tempo e vai atingir minha militância por longo período. Consome tempo, atinge a saúde mental e impõe o medo. Mas a luta de classes não tem esse nome à toa. Infelizmente esse não foi o primeiro ataque e a casca é grossa, além do compromisso com a vida e os direitos, então a gente se organiza e segue fazendo o que sempre fez: luta!

11) No caso dessa violência, que surgiu após a manipulação da sua fala, você vê somente como uma reação em rebanho das pessoas compartilhando uma mentira ou acredita que tenha gente por trás fazendo com que isso aconteça para ocultar outras coisas e notícias?

Sem a menor dúvida é um ataque orquestrado com objetivos bem definidos. Eu sempre repito que o discurso dos fascistas é negacionista, mas eles usam muito a ciência quando lhes convém. E nesse caso estudos de psicologia social, estratégias semióticas e conhecimento do funcionamento da computação e dos softwares que estruturam as redes são usados de maneira eficaz para atingir os objetivos deles. Eles não lutam sozinhos, também erram e não ganham sempre, mas a existência de estratégia e coordenação competente é evidente.

12) Como avalia a irresponsabilidade das mídias convencionais diante disso? Visto que, o vídeo estava editado e fora de contexto. (Jornais e revistas como o Poder 360 e o Metrôpoles compartilharam como sendo um fato).

São a agência de publicidade dos interesses desse grupo político e se fantasiaram de jornalismo tal qual o lobo em pele de cordeiro. Somente pessoas com pouca formação e níveis muito altos de desesperança e organização são capturadas. Infelizmente em um país que vive a maior parte da sua história sob regimes autoritários, brutal violência estatal e opressão de classe e cuja crise da educação para seu povo sempre foi um pro-

jeto, há muitas pessoas suscetíveis.

13) Para fecharmos, deixa um recado para os nossos núcleos sindicais, uma fala para as bases construirmos os movimentos nos estados. tira disso?

Em qualquer circunstância histórica o maior patrimônio e a maior força da classe trabalhadora está na sua organização. Não existe uma única conquista das classes exploradas na história, fossem escravos, servos ou operários que tenha sido dada por uma crise de consciência dos que exploram. O governo de coalisão que temos é fundamental para frear o avanço fascista e permitir a reorganização da classe não somente para resistir a retrocessos e perdas, mas para lutar por avanços. Mas esses avanços se efetivam a partir da nossa atuação coletiva e organizada. É preciso cobrar o governo e enfrentar os fascistas e os neoliberais nos parlamentos, na comunicação, nas urnas e nas ruas de maneira consistente e coerente.



Atenção ao calendário de luta da classe: 1º de abril: Ditadura Nunca Mais! 60 anos do golpe! E 1º de Maio: a quem tudo produz, tudo pertence!

Solidariedade ao povo palestino e pelo imediato cessar fogo em Gaza! Pelo fim do genocídio imposto por Israel!

Só a luta muda a vida!

Formação ampliada em novos conteúdos, públicos e valores na ENCE



Capacidade técnica é um dos vértices do Triângulo de Boa Gestão de Carlos Matus (2006). Dispor de equipes técnicas em quantidade e com formação adequada faz diferença na gestão pública ou de qualquer organização. Parece óbvio, mas o apagão da racionalidade técnica, terraplanismo gerencial e falta de compromisso com a reposição de quadros nas organizações públicas por meio de concursos no governo federal passado mostra que sempre é bom lembrar esse truismo. Mas para além de capacidade e competência técnica, a boa gestão requer definição de objetivos claros e factíveis e precisa assegurar a governabilidade político-relacional para viabilizar suas ações. Compromissos viáveis, com instâncias afinadas de governança precisam de estruturas organizacionais e equipes técnicas capacitadas para sucesso da implementação da política e de seus resultados.

Essas são as premissas que estão por trás do plano de trabalho da ENCE para os próximos três anos. Sem perder de vista os esforços de aprimoramento dos cursos já consolidados da escola- graduação em Estatística, especialização em Análise Ambiental e Gestão

do Território e pos-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas- é necessário fortalecer a área de Treinamento e Aperfeiçoamento. Nesse sentido, ampliar a oferta de qualificação técnica e formação profissional dos funcionários de toda a rede do IBGE e de usuários das estatísticas nas prefeituras e governos estaduais é o grande compromisso que a escola vem se desafiando a estruturar. Para além da oferta de treinamento das pesquisas conjunturais e estruturais – e agora, dos grandes levantamentos censitários- a Ence está organizando trilhas de aprendizagem em “Sistema Nacional de Informações Geocientíficas, Estatísticas e Dados”, “Ciência de Dados, BigData e Inteligência Artificial” e “Análise de Conjuntura e Comunicação Pública”. Cursos nesses três campos de conhecimento estão sendo especificados por professores, pesquisadores e técnicos do IBGE, com apoio de professores de outras universidades e colegas aposentados, com aulas síncronas pela internet, iniciando-se nesse ano. Essas trilhas de aprendizagem organizam os conteúdos conceituais, metodológicos e instrumentais necessários às atividades realizadas pelo corpo de servidores do IBGE em todo país, além de atender demandas de capacitação específicas de técnicos da Administração Pública dos três níveis de governo, de jornalistas, sociedade civil, universidades e empresas. O desenvolvimento e oferta de cursos autoinstrucionais voltados ao uso no Censo Demográfico para o Planejamento Municipal – em Políticas Públicas, Desenvolvimento Econômico e Projetos Ambientais – é outra linha de atuação inédita da escola. O desmonte de políticas públicas, o represamento dos concursos públicos e desarticulação dos arranjos federativos acabaram minando a capacidade transformadora que o país dispunha até 2016. Esses cursos procuram recuperar a capacidade de diagnóstico e desenho de programas públicos perdida nesses últimos anos,

aproveitando a disponibilização dos resultados do Censo 2022 para o novo ciclo do Plano Plurianual nos municípios em 2024. Esses cursos são dirigidos especialmente para técnicos do setor público nos municípios e estados, técnicos de organizações sociais, membros de conselhos de participação social. Também tem como alvo técnicos das superintendências estaduais e agências do IBGE e professores dos mais de 600 campi de instituições de ensino superior público no país, para atuarem como multiplicadores de cursos presenciais nos municípios do país.

Carlos Matus e outros pensadores e filósofos políticos talvez não imaginassem que, para além dos três eixos – compromissos viáveis, capacidade técnica e competência político-relacional- os valores civilizatórios precisassem ser resgatados para uma boa gestão. Talvez supusessem imaginassem que, duzentos anos depois da Revolução Francesa, princípios republicanos como Estado Democrático de Direito, Igualdade Formal, Liberdade responsável de Expressão, Solidariedade, Respeito à Diversidade e Dignidade Humana fossem consensualmente aceitos. Não são, como temos visto no Brasil e diversos outros países.

Assim, uma outra preocupação formativa na escola- junto com outras universidades públicas- é a estruturação de uma estratégia de sensibilização dos servidores para os valores públicos e compromissos republicanos inscritos na Constituição Federal de 1988. Os valores públicos compartilhados nas sociedades e inscritos nos arcabouços institucionais são determinantes para legitimação das políticas públicas e para coesão societal. Decisões nessas esferas não são e nem devem ser escolhas “apenas técnicas”, mas respaldadas por valores. É preciso evitar que o espírito do burocrata eichmanniano que grassou nos últimos anos seja revertido nas organizações públicas. Não é uma tarefa simples, mas funda-

mental para o Serviço Público e para o país.

“Burocrata eichmanniano” é um termo cunhado para designar a categoria de servidores públicos zelosos, sistemáticos, eficientes e fiéis cumpridores de “ordens de cima”, quaisquer que sejam essas, sem qualquer questionamento ou juízo quanto à moralidade, justiça e sensatez. Retrata o comportamento de Adolf Eichmann, um tenente-coronel do Serviço de Segurança nazista, a famigerada Gestapo e um dos principais responsáveis pela logística de deportação dos judeus europeus para os campos de concentração na Segunda Guerra Mundial. Em sua defesa em julgamento em Israel, depois de capturado na Argentina nos anos 1960, alegava que cumpria ordens de superiores que, afinal, “seriam cumpridas, se não por ele, por outro encarregado pois os judeus iam morrer mesmo”.

Obediência servil e eficiência eichmanniana são desvios da personalidade burocrática encontrados em muitos contextos, em diversos momentos históricos, como tragédia ou como farsa. Em uma passagem pouco citada do “18 Brumário de Luis Bonaparte”, Marx aponta para a natureza calculista e subserviente do “exército de meio milhão” de funcionários públicos franceses, pouco zelosos às investidas anti-republicanas do então presidente que, por meio de golpe de estado em 1851, restaurou a monarquia como imperador Napoleão III.

Nessa retomada da trilha civilizatória há certamente muito por fazer, mas a competência técnica da equipe, a capacidade político-relacional e compromisso público da escola e seus servidores criam boas expectativas para os próximos anos !!

Paulo Jannuzzi, professor e Coordenador Geral da ENCEa

Sobre conceitos, estigmas e a sua superação: a virada do IBGE em relação às favelas e comunidades urbanas

O geógrafo Rogério Haesbaert, inspirado na filosofia deleuziana, nos ensina que os conceitos nunca são simples representações da realidade, da mesma forma que não são construções intelectuais abstratas que funcionariam como meros instrumentos analíticos. Para ele, conceitos devem ser vistos como constructos sociais, ou seja, como produtos situados histórica, geográfica e epistemologicamente, não sendo, portanto, neutros. Outrossim, conceitos intervêm no real, produzindo-o constantemente ao promoverem classificações, clivagens e hierarquizações de diversas ordens.

No Brasil, no campo das informações estatísticas e geocientíficas, poucos conceitos geraram tantos incômodos quanto o *aglomerado subnormal*, vigente de 1991 a 2024 nas pesquisas censitárias e contagens populacionais realizadas pelo IBGE para classificar as favelas e assemelhados em todo o território nacional. Era consensual: nas universidades, nas ruas, nos órgãos públicos, nas favelas e no próprio IBGE, não havia quem, nos últimos anos, o defendesse.

Em todo o mundo, produzir informações sobre esses territórios nunca foi tarefa simples, a começar pela escolha da nomenclatura e critérios que devem orientar a sua classificação. No IBGE, esse desafio vem sendo enfrentado desde, pelo menos, o Censo Demográfico de 1950. De lá pra cá, esses recortes já foram nomeados como *favelas* (1950 e 1960), *aglomerados urbanos excepcionais* (1970), *setores especiais de aglomerados urbanos* (1980) e, de 1991 até janeiro deste ano, *aglomerados subnormais*.¹

É interessante notar como as mudanças de nomenclatura acompanham as transformações do contexto histórico-geográfico, evidenciando que os conceitos são, de fato, situados. As favelas são representadas como problemas sociais desde os anos 1940, mas é na década de 1960, especialmente no contexto da Ditadura Militar, que se consolida no imaginário social a ideia de que se trata de territórios que devem ser eliminados do tecido urbano. Os conceitos utilizados a partir do Censo de 1970 ex-

pressam o caráter excepcional, especial e, no limite, subnormal conferido a esses territórios, o que se relaciona, direta ou indiretamente, com essa concepção.

Ao mesmo tempo, frente à dimensão continental do Brasil e sua profunda diversidade socioespacial, o IBGE esforçou-se para construir um conceito que fosse capaz de operar adequadamente – atendendo aos requisitos e princípios das estatísticas oficiais e às necessidades do Estado em seus diferentes níveis federativos – e abranger a multiplicidade de territórios cujo termo *favela*, sozinho, não conseguia abarcar.

Reiteramos, entretanto, que conceitos não são neutros, e um nome não é simplesmente um nome, mas sim implica em consequências diretas sobre os territórios nomeados e, portanto, suas populações. Pesquisadores e ativistas como Jailson de Souza e Silva consideram que as representações sobre as favelas que as reduzem à condição de “avesso da cidade” fazem com que seus moradores sejam vistos como pessoas sem direitos ou com direitos diferentes de todos os outros cidadãos.

Com efeito, as críticas ao conceito ancoram-se principalmente no direito à moradia, entendido como um direito humano fundamental desde a Declaração Universal de 1948 e previsto como um direito social no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, e na função social da cidade e da propriedade urbana, expressos nos artigos 182 e 183 da Constituição e regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Com base nesses preceitos, entende-se que esses territórios devem ser compreendidos como estratégias de luta de populações alijadas do processo de desenvolvimento urbano – em sua maioria, pretos e pardos – pela garantia do seu direito à moradia, e não como territórios excepcionais, ilegais, irregulares ou subnormais. Ainda, embora se trate de territórios com carências de diversas ordens, eles devem ser definidos por aquilo que são e não pela negação ou pela falta.

A boa notícia é que em 2022, para apoiar o Censo em todas as suas etapas, foi formado um grupo de trabalho composto por técnicos de diversas áreas do Instituto, que também ficou responsável por refletir a respeito de estratégias para conduzir a reformulação do conceito, buscando atender às demandas da sociedade e ao próprio aparato normativo vigente.²

Esse grupo organizou, contando com o apoio de um grupo consultivo formado por diversos especialistas e representantes de associações e organizações sociais, o **I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil**, realizado em Brasília-DF, de 25 a 29 de setembro de 2023.³

A programação do evento contou com debates sobre temáticas diversas relacionadas às favelas e comunidades urbanas e buscou contemplar a diversidade racial, de gênero, regional, institucional e de formas de atuação nos territórios. Além dos debates promovidos no encontro, esse diálogo contou também com o preenchimento de formulários *online*, por um público diverso, para avaliação de uma proposta inicial elaborada no âmbito do grupo de trabalho com apoio do grupo consultivo, e com consulta às Prefeituras Municipais quanto aos termos mais utilizados pelos órgãos públicos e por moradores para se referir aos territórios similares às favelas nos seus municípios. Como resultado desse amplo processo de consulta à sociedade, o IBGE promoveu a alteração da *nomenclatura aglomerados subnormais* para *favelas* e comunidades urbanas, e reescreveu os critérios que orientam atualmente a classificação desses territórios.⁴

O IBGE, assim, órgão de Estado cuja missão é retratar o País, assumiu o compromisso institucional e político de não mais qualificar esses territórios e suas populações a partir de qualificativos estigmatizantes, abrindo um processo de escuta que resultou na retomada da *favela*, termo que vem sendo ressignificado nas últimas décadas. Uma vez que se trata,



porém, de um termo ainda não plenamente reconhecido e aceito em todo o território, ele vem acompanhado da expressão *comunidades urbanas*, que indica o reconhecimento do Instituto em relação às práticas e à linguagem popular, conferindo uma guinada epistemológica ao conceito, que passa a contemplar o saber que vem do chão, das ruas, do território. Isso só foi possível graças ao diálogo com a sociedade, que é o que dá sentido ao que o IBGE produz.

O processo de revisão está detalhadamente descrito e fundamentado na **Nota Metodológica Sobre a Mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**, publicada em 23 de janeiro de 2024 com grande repercussão tanto na grande mídia quanto nas mídias comunitárias.⁵ O novo nome e a nova redação dos critérios – que busca atender às questões levantadas acima – já constarão nas bases e materiais de divulgação do Censo 2022.

Viva a luta das favelas e comunidades urbanas!

Letícia Giannella
Geógrafa. Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas da Coordenação de Geografia/DGC e professora da pós-graduação da ENCE

Referências: assibge.org.br/referencias/

135 DIAS DE GENOCÍDIO (18/02/2024) NA PALESTINA:

37.398 PALESTINOS ASSASSINADOS

Mortos: 29.398 e 8 mil corpos desaparecidos sob escombros. Isso representa 1,68% da população de Gaza

APLICADA PORCENTAGEM EQUIVALENTE:

Em 135 dias, no mundo seriam 136 milhões de mortos; Na Europa, 12,6 milhões; No Brasil, cerca de 3,4 milhões de assassinados

CRIANÇAS PALESTINAS

Israel mata, proporcionalmente, no mínimo 236 vezes mais crianças que a Segunda Guerra Mundial

NESSA ESCALA DE EXTERMÍNIO, EM 6 ANOS, DURAÇÃO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, SERIAM:

2,3 BILHÕES DE MORTOS NO MUNDO

214 MILHÕES DE MORTOS NA EUROPA

3 vezes mais que na Segunda Guerra Mundial

58,5 MILHÕES DE MORTOS NO BRASIL

Fonte: Federação Árabe Palestina do Brasil – FEPAL <https://fepal.com.br/sobre/>
Levantamento realizado em 18 de fevereiro de 2024

O GENOCÍDIO REALIZADO PELO ESTADO DE ISRAEL CONTINUOU APÓS ESSA DATA



Causos do IBGE

A Ibegeana que chegou na greve

Parece que foi ontem, mas já se vão quase 12 anos: chegando na General Canabarro, depois de uma rápida passagem pela sede para assinar o termo de posse (que eu levei comigo, toda orgulhosa) eu dei de cara com uma faixa que dizia "IBGE EM GREVE".

Parecia mais uma pedra numa jornada que já tinha sido um tanto atribulada: tendo passado no concurso em 2009, fui barrada em 2010 e impedida de tomar posse por conta de um equívoco no edital que não listava todas as nomenclaturas possíveis para o curso de design gráfico. Já entrei no IBGE criando caso, porque judicializei a questão e provei meus direitos. Mal sabia eu que era apenas o primeiro passo da luta.

Barrada novamente pelas queridíssimas Beth Mell e Lucinha, que depois se tornaram minhas companheiras de núcleo, eu expliquei que PRECISAVA MUITO entregar o termo de posse para a gerente. Elas se entreolharam e, vendo meu ar desesperado, acabaram se comovendo. Posso dizer que essa foi a única vez que eu furei uma greve.



Ilustração: Aline Carneiro

No mesmo dia que me tornei ibegeana, conheci o sindicato. Minha gerente, a saudosa Kátia Vaz me disse "Nosso sindicato é atuante!" e me avisou que eu podia fazer greve mesmo estando em estágio probatório. Numa assembleia, na semana seguinte, votei pela greve, num ato, 15 dias depois, segurei uma faixa com outros companheiros.

Em 12 anos de IBGE e sindicato, tivemos vitórias, derrotas e alguns empates. Perdemos companheiros queridos, atravessamos golpes e desgovernos, mas a luta, ah, a luta nunca termina, porque a união pode esmorecer, divergências podem aparecer... mas quem é chamado à luta e comparece é que sabe que a luta torna a derrota menos amarga e a vitória mais doce.

É como dizia o grande Guimarães Rosa: "A vida... o que ela quer da gente é coragem". Sigamos lutando, companheiros, porque a luta sempre continua!

* Por **Aline Carneiro**, designer e ilustradora, ibegeana com muito orgulho e contadora de histórias nas horas vagas.

Filie-se ao sindicato. Não há saídas individuais para problemas coletivos!

ASSIBGE-SINDICATO NACIONAL Av. Presidente Wilson, 210 - 8º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20030-021 | (21) 3575-5757 | www.assibge.org.br | assibge-sn@uol.com.br jornal da ASSIBGE-SN | Jornalista responsável (redação/edição/revisão): Rayana Bartholo - 0020576/MG e Isabelle Boaventura | Id. visual: Isabelle Boaventura | Impressão: Colibri